LICITAÇÃO ELETRÔNICA 034/2025

Contratação de empresa através de Registro de Preços para aquisição de licenças Digifort

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE RECURSO

1. Admissibilidade

A empresa SCJ Segurança Digital, manifestou-se tempestivamente.

2. Das Razões

Em síntese, a empresa SCJ Segurança Digital manifestou:
contra a habilitação e eventual adjudicação da empresa Horizonte Digital Informática Ltda – EPP, em razão de vícios de ordem fiscal, jurídica e administrativa que a tornam inelegível para os benefícios de ME.

3. Das contrarrazões

Em síntese, a empresa Horizonte Digital Informática Ltda - EPP, apresentou as seguintes contrarrazões:

A Recorrida, no momento de sua participação no certame, apresentou o comprovante atualizado de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP) emitido pela Junta Comercial competente. Este documento, de natureza pública e fé-pública, atestava formalmente a sua condição. A declaração de enquadramento como ME/EPP e de estar excluída das vedações do art. 3º, §4º, da LC 123/2006, foi realizada com base nesta documentação oficial e em uma interpretação que, embora possa ser considerada equivocada sob a ótica mais ampla e aprofundada da legislação e da jurisprudência do TCU, não configurava uma falsidade intencional ou uma má-fé deliberada à época da apresentação dos documentos.

É crucial ressaltar que a licitação não possuía critério de julgamento exclusivo para Microempresas (MEs) ou Empresas de Pequeno Porte (EPPs), tampouco houve aplicação dos benefícios de desempate ficto ou qualquer outra prerrogativa prevista na Lei Complementar nº 123/2006 para a classificação da proposta da Recorrida.

A questão da soma de faturamentos de empresas distintas, especialmente quando a participação societária é limítrofe (exatos 10%) e desacompanhada de qualquer poder de gestão, é de alta complexidade jurídica e tributária. A interpretação do "mais de 10%" do inciso IV do §4º do art. 3º da LC 123/2006, em conjunto com a aplicação do §19, demandou um aprofundamento interpretativo que, no momento da declaração, não estava necessariamente consolidado de forma inequívoca para todos os agentes, nesse sentido tem-se que a Recorrida agiu com base em sua situação formalmente constituída e registrada conforme comprovado nos autos da licitação em epígrafe.

5. Da Análise

Em análise da peça recursal interposta e das contrarrazões apresentadas:

Nesse contexto, é relevante lembrar que o Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

A Horizonte Digital Informática Ltda apresentou as certidões de regularidade tributária (documentação habilitatória Horizonte). Dessa forma, entendeu-se que sua situação tributária é regular, de modo que foi considerada habilitada.

O enquadramento tributário não trouxe nenhum benefício no procedimento licitatório para a Horizonte Digital Informática Ltda. Esta apresentou o menor preço (com larga margem). Portanto, não existiram prejuízos à competitividade do procedimento licitatório.

6. Da Decisão

Mediante o exposto, julgo **improcedente** o recurso interposto pela empresa SCJ Segurança Digital S/A, mantendo-se a decisão anterior, como adjudicada a empresa Horizonte Digital Informática Ltda - EPP.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2025.

Marcia Silva
Pregoeira

DE ACORDO COM A PROCEDÊNCIA:

Caroline Medeiros Biasi
Gerente Administrativo e Financeiro